

Número 39 – 10 de Março de 2023

Publicado pelo CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipmoz.org <https://www.cipeleicoes.org/>

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte

**Para subscrever a edição em Inglês <https://cipeleicoes.org/eng/>
e a versão em português <https://www.cipeleicoes.org/>**

CNE e Consórcio de Observação Eleitoral Preparam Memorando de Entendimento

O memorando de entendimento deverá ser assinado nos próximos dias, conforme ficou acordado durante o encontro de apresentação do consórcio “Mais Integridade” à CNE, ocorrida esta sexta-feira (10/3/2023), em Maputo.

O Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Dom Carlos Matsinhe, indicou a Comissão de Relações Internas e Externas da instituição que dirige para dar seguimento ao processo e ficou acordado que o consórcio irá apresentar uma proposta do memorando, indicando as áreas de interesse das duas partes no âmbito das eleições autárquicas e gerais de 2023 e 2024, respectivamente.

A ideia de memorando de entendimento foi proposta pelo consórcio e prontamente aceite pela CNE, que considera ser um instrumento importante no relacionamento entre os órgãos de administração e gestão eleitoral e o consórcio constituído por seis organizações da sociedade civil, sob liderança do Centro de Integridade Pública (CIP). Trata-se, para além do CIP, do CESC, FAMOD, Solidariedade, MISA Moçambique e Comissão Episcopal de Justiça e Paz da Igreja Católica.

Durante o encontro de cortesia que serviu para a apresentação do consórcio, foram apresentadas diversas preocupações nomeadamente a questão de relacionamento pouco saudável entre as organizações de observação e os órgãos de administração e gestão eleitoral e a necessidade de se criar condições para um maior acesso à informação eleitoral, incluindo para as pessoas portadoras de deficiência. As dificuldades de credenciação dos observadores eleitorais da sociedade civil, ao nível das províncias, a resolução de conflitos eleitores e a inclusão de pessoas portadoras de deficiência foram outros assuntos levantados como sendo preocupantes em períodos eleitorais.

O consórcio sugeriu que os órgãos eleitorais emitissem credenciais para todas as fases eleitorais (credenciação única) como forma de evitar congestionamento no processo de credenciação dos observadores. Actualmente, as organizações são obrigadas a credenciar os seus observadores por cada fase eleitoral. Por exemplo, neste momento está em curso a credenciação dos observadores para a observação do recenseamento eleitoral. Terminada esta fase, as mesmas organizações terão, novamente, de credenciar os seus observadores para a observação da campanha eleitoral e para a votação.

A CNE pediu que as organizações enviassem os pedidos de credenciação dos seus observadores com muita antecedência, dado que o processo já iniciou.

	FICHA TÉCNICA:	ENDEREÇOS:
	<p>Director: Edson Cortez</p> <p>Autor: Lázaro Mabunda</p> <p>Assessor: Joseph Hanlon</p> <p>Revisão Linguística: Samuel Monjane</p> <p>Layout: Liliana Mangove</p>	<p>Centro de Integridade Pública Bairro da Sommerschild, Rua Fernão Melo e Castro nr.º 124, Maputo</p> <p>Web: https://www.cipeleicoes.org/</p> <p>Facebook: @cipeleicoes</p> <p>Instagram: @cipeleicoes</p> <p>Tiktok: @cipmoz</p> <p>Telegram: +258 843890584</p>

Parceiro:

